



**Jonas Migotto Filho**

**DA REPRESSÃO EM LAGOA BRANCA À RESISTÊNCIA DO PROFESSOR  
ULISSES – REFLEXÕES ACERCA DA TAREFA DO HISTORIADOR A PARTIR DA  
OBRA *OS TAMBORES SILENCIOSOS*, DE JOSUÉ GUIMARÃES**

Santa Maria RS

2020

**Jonas Migotto Filho**

**DA REPRESSÃO EM LAGOA BRANCA À RESISTÊNCIA DO PROFESSOR  
ULISSES – REFLEXÕES ACERCA DA TAREFA DO HISTORIADOR A PARTIR DA  
OBRA *OS TAMBORES SILENCIOSOS*, DE JOSUÉ GUIMARÃES**

Trabalho Final de Graduação  
apresentado ao curso de Licenciatura em  
História, da Universidade Franciscana  
(UFN, RS), como requisito parcial para  
a obtenção do título de **Licenciado em  
História**.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Tascheto da Silva

Santa Maria, RS

2020

**Jonas Migotto Filho**

**DA REPRESSÃO EM LAGOA BRANCA À RESISTÊNCIA DO PROFESSOR  
ULISSES – REFLEXÕES ACERCA DA TAREFA DO HISTORIADOR A PARTIR DA  
OBRA *OS TAMBORES SILENCIOSOS*, DE JOSUÉ GUIMARÃES**

Trabalho Final de Graduação  
apresentado ao curso de Licenciatura em  
História, da Universidade Franciscana  
(UFN, RS), como requisito parcial para  
a obtenção do título de **Licenciado em  
História**.

**Aprovado em \_\_ de janeiro de 2021.**

---

**Dr. Marcio Tascheto da Silva (UFN) (Presidente/Orientador)**

---

**Ma. Janaina Souza Teixeira (UFN)**

---

**Dr. Miguel Retenmaier da Silva (UPF)**

Santa Maria, RS  
2020

## AGRADECIMENTOS

Foram nove anos como aluno do curso de História. Era Unifra, agora, UFN. Uma considerável fatia da minha vida. Se estes agradecimentos soarem piegas, não há motivos para vergonha. É como falar da minha casa, da minha família. Porque foi assim que me senti desde o dia em que pisei pela primeira vez na sala de aula como estudante. De certa forma, já estava familiarizado. Por volta dos dez anos de idade, fui passar um dia de diversão com a minha mãe na cidade grande, comer casquinha do Mc Donald's e comprar uma revista Recreio. Como bônus, talvez na época considerasse um ônus, tive que acompanhá-la durante a aula. Revolução Francesa, se a memória não me trai. Com a professora Janaina, disso tenho certeza. Então, primeiramente, muito obrigado, mãe, tenho um orgulho imenso em poder seguir seus passos, e muito obrigado à professora Janaina, por aquela primeira aula e por todas as outras que viriam depois, sempre foram inspiradoras.

Se sempre me senti acolhido, devo muito também à professora Rose, uma pessoa especial na minha vida. Ela tem o dom de criar uma família em cada turma. As noites no Lahis eram verdadeiramente felizes, de parceria, companheirismo. Obrigado por toda a disposição, por fazer o curso acontecer.

Agradeço ao professor Leonardo, exemplo de dedicação e amor pela profissão e por um mundo melhor. Esteve presente também em outros momentos importantes da minha vida, com valorosas contribuições durante a defesa da minha dissertação de mestrado e nas vitórias do tricolor no Grenal da História, do qual saio invicto.

Agradeço ao professor Maccari. Nossa relação foi além da sala de aula, tornou-se um grande amigo e parceiro de inúmeros projetos. E agradeço aos demais professores e professoras que passaram por esse processo, em especial à professora Paula e ao professor Odilon, guardo com carinho as lições de suas aulas.

Agradeço ao meu orientador, professor Marcio, um ser humano admirável. Professor que tira o melhor dos alunos, que engrandece, que inspira. Uma referência para o meu futuro na profissão. Ser orientado por alguém com tantas afinidades e identificação foi um presente na reta final do curso.

Agradeço ao Ninha, meu pai, pelo esforço e pelo amor; e à Kris, minha companheira de vida, por tornar tudo possível.

Além disso, o fato de cursar as disciplinas de uma forma extremamente fragmentada e espaçada no tempo, deu-me o privilégio de circular por diferentes turmas, conhecer dezenas de

peessoas. Muitas se tornaram amigos e amigas para o resto da vida. Nominá-los, certamente, causaria alguma injustiça. Então, agradeço aos meus colegas por todas as experiências que tivemos ao longo desses anos.

Por fim, preciso agradecer ao professor Paulo, em memória. Em qualquer passo da minha formação intelectual, encontro-o novamente. Quando abri meu exemplar de *Depois do Último Trem*, para reler antes de iniciar este TFG, deparei-me com a sua dedicatória: “Ao caríssimo Jonas, para marcar nossos encontros em Jornalismo Literário. Com um abraço carinhoso do amigo”. Muito obrigado, professor, você sempre está presente.

Ser professor era um sonho. Pude tornar realidade ao lado dos melhores. Muito obrigado.

*O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer.*

Walter Benjamin, Tese VI, 1940

## RESUMO

### DA REPRESSÃO EM LAGOA BRANCA À RESISTÊNCIA DO PROFESSOR ULISSES – REFLEXÕES ACERCA DA TAREFA DO HISTORIADOR A PARTIR DA OBRA *OS TAMBORES SILENCIOSOS* DE JOSUÉ GUIMARÃES

AUTOR: Jonas Migotto Filho  
ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcio Tascheto da Silva

#### Resumo

Sob uma perspectiva que alia a História e a Literatura, a fim de compreender os usos do passado no presente e discutir a tarefa do historiador sobretudo em tempos de crise, este trabalho parte de uma análise da obra “Os Tambores Silenciosos”, de Josué Guimarães, publicada em 1977, pois o texto literário, aqui, é visto como capaz de potencializar o debate acerca da Teoria da História. Para isso, as teses *Sobre o Conceito de História*, de Walter Benjamin, serão as principais norteadoras da reflexão. A análise também incorpora o caráter autoral do objeto, pois as visões que nortearam a produção do narrador e a sua visão sobre o papel da própria escrita são fundamentais para o desenvolvimento da proposta. Os acontecimentos em Lagoa Branca, cidade fictícia do livro, são vistos como uma alegoria da Ditadura Civil-Militar vivida pelo autor. Este período da História recente do Brasil tem a sua memória constantemente disputada no debate público e, por isso, justifica-se a importância de revisitar o tema. Por fim, percebe-se no romance a vibração de três tempos, o tempo diegético da obra, o tempo de escrita, durante a Ditadura, e o Brasil atual, enquanto este trabalho é realizado, onde o passado age no presente e o presente ressignifica a memória do passado.

**Palavras-Chave:** Josué Guimarães; Os tambores silenciosos; Ditadura Civil-Militar; Tarefa do Historiador.

## ABSTRACT

### FROM THE REPRESSION IN LAGOA BRANCA TO THE RESISTANCE OF PROFESSOR ULISSES - REFLECTIONS ABOUT THE HISTORIANS'S TASK FROM THE BOOK “OS TAMBORES SILENCIOSOS” OF JOSUÉ GUIMARÃES

AUTHOR: Jonas Migotto Filho  
ADVISOR: Prof. Dr. Marcio Tascheto da Silva

#### **Abstract**

From a perspective that allies History and Literature, in order to understand the uses of the past in the present and discuss the historian's task, especially in times of crisis, this work is based on an analysis of the book “Os Tambores Silenciosos”, by Josué Guimarães, published in 1977, since the literary text, here, is seen as capable of potentiating the debate about the Theory of History. To this end, Walter Benjamin's theses on the Concept of History will be the main guidelines for reflection. The analysis also incorporates the author's character of the object, since the visions that guided the narrator's production and his vision on the role of writing itself are fundamental to the development of the proposal. The events in Lagoa Branca, the fictional city of the book, are seen as an allegory of the Civil-Military Dictatorship experienced by the author. This period of recent history in Brazil has its memory constantly disputed in the public debate and, therefore, the importance of revisiting the theme is justified. Finally, the vibration of three times is perceived in the novel, the diegetic time of the book, the time of writing, during the Dictatorship, and the current Brazil, while this work is realized, where the past acts in the present and the present resignifies the memory of the past.

**Keywords:** Josué Guimarães; Os tambores silenciosos; Civil-Military Dictatorship; Make of the Historian.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Josué Guimarães .....	16
Figura 2 - Algumas capas das diversas edições de Os Tambores Silenciosos.....	20
Figura 3 – Mapa de Lagoa Branca .....	24

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. JOSUÉ GUIMARÃES, UM ANIMAL ESSENCIALMENTE POLÍTICO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. LAGOA BRANCA - O CONTROLE DA MEMÓRIA NA CIDADE ALEGÓRICA .</b>	<b>23</b>
<b>3. PROFESSOR ULISSES E OS SÍMBOLOS DE RESISTÊNCIA - A TAREFA DE VIOLAR MEMÓRIAS .....</b>	<b>30</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>

## INTRODUÇÃO

O passado age sobre o presente. O presente age sobre o passado. O presente é aberto, o passado também. O passado é maleável. Adapta-se às exigências do presente. Seus usos podem ser perigosos, seus arranjos podem legitimar a violência, a repressão, o ataque a minorias, o autoritarismo, a supressão de liberdades. O passado é reivindicado por diferentes grupos que precisam justificar suas identidades coletivas, atende a diversos interesses. Quando as narrativas são conflitantes, disputam espaço em uma batalha pela memória, em uma batalha pela versão hegemônica. Um exemplo concreto é a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985), que emergiu no debate público mais intensamente nos últimos anos, tendo sua memória reivindicada por grupos conservadores. Foi criada uma atmosfera de saudosismo do período. Atos como tortura, censura, mortes e desaparecimentos foram justificados pela necessidade de guerra interna contra a suposta ameaça comunista, viva até hoje no imaginário de parcelas da sociedade. A versão justificada e saudosista, onde a vida era melhor, onde não havia corrupção, onde os valores da família tradicional eram respeitados, ganhou força, culminando na ascensão de Jair Bolsonaro<sup>1</sup> ao poder, eleito presidente do Brasil nas eleições de 2018, impulsionado por sucessivas declarações que negavam a existência de uma Ditadura, ou legitimava seus atos, inclusive com exaltação da tortura.

Josué Guimarães (1921-1986) viveu o período da Ditadura Civil-Militar. O político, jornalista e escritor gaúcho teve sua prática estreitamente ligada aos seus ideais democráticos e ao anti-autoritarismo. Trabalhou para o governo de João Goulart, deposto pelo Golpe de 1964, orquestrado com apoio dos Estados Unidos. Tentou exílio, não conseguiu. Precisou viver parte do período ditatorial na clandestinidade, adotando um novo nome, Samuel Ortiz. A denúncia das arbitrariedades ecoa em sua obra, pois foi a forma que encontrou para realizar o que acreditava ser sua tarefa.

No romance *Os tambores silenciosos* de 1977, o autor constrói a fictícia cidade de Lagoa Branca, marcada pela repressão, pelo patriotismo do prefeito, pela censura, pelo controle da vida da população, pelas prisões arbitrárias, pela tortura, por assassinatos cometidos por agentes

---

<sup>1</sup> Jair Messias Bolsonaro é capitão reformado, político com 27 anos na Câmara dos Deputados e foi eleito presidente do Brasil pelo Partido Social Liberal (PSL) para o período 2019-2022. Localizado no espectro político da extrema-direita, envolveu-se em diversas polêmicas, marcadas, por exemplo, pelo ataque a minorias e pela defesa da Ditadura e da tortura.

do Estado. Entretanto, a ação de estudantes, guiados pelo professor Ulisses, com apoio de outros símbolos de resistência, resulta no boicote ao grande evento patriota promovido para o Dia da Independência e na conseqüente derrubada do autoritarismo.

Josué Guimarães não se omitia. Tinha clara a sua visão acerca da tarefa do escritor e fez da sua obra uma alegoria<sup>2</sup> política do seu tempo. A partir do romance *Os tambores silenciosos*, este trabalho busca refletir acerca da tarefa do historiador, quando o cenário apresenta uma crise estrutural em vários segmentos e se percebe a norma democrática abalada, as minorias ameaçadas e os vencidos perdendo seu lugar na narrativa, na memória ou, ainda, na História. Para isso, as teses de Walter Benjamin (1892-1940), *Sobre o conceito de história*, guiarão as reflexões que partem de Lagoa Branca, passam pelo tempo de Josué Guimarães e ressoam na atualidade, quando esse passado ditatorial é reivindicado e ressignificado por grupos que o nega e o legitima. Benjamin, filósofo anti-fascista, possui uma visão crítica em relação à História linear, sua visão possibilita reinterpretar a alegoria de Josué Guimarães para discutir o Brasil atual, sua concepção de História é política - assim como Josué via sua literatura - onde o historiador interfere na realidade, posiciona-se frente ao autoritarismo e ao negacionismo, escovando a História a contrapelo, contra a narrativa supostamente neutra, que reproduz sempre a História Oficial, dos vencedores.

No primeiro capítulo, é realizada uma breve análise da trajetória de Josué Guimarães, suas diferentes facetas e seu compromisso ético e político. Além disso, discute-se a possibilidade de utilização da sua obra, *Os tambores silenciosos*, para refletir acerca da História e da tarefa do historiador, partindo das concepções de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007) e Roger Chartier (2007), que colocam a História e a Literatura como aliadas.

No segundo capítulo, Lagoa Branca, a cidade fictícia do romance, é vista como alegoria da Ditadura Civil-Militar. Assim, será apresentado o enredo do romance em relação às políticas adotadas na cidade pelo Coronel João Cândido, que cria sua própria versão da História, possuindo um controle da memória coletiva, que só será interrompido com um movimento de insurreição resistente ao autoritarismo. Essas políticas do governo de Lagoa Branca serão comparadas com as políticas de memória adotadas no Brasil ao fim da Ditadura, com a produção intencional de esquecimento e a distorção de fatos, evidenciando como os vencedores

---

<sup>2</sup> “Aquilo que representa uma coisa para dar a ideia de outra através de uma ilação moral. [...] Etimologicamente, o grego *allegoría* significa “dizer o outro”, ‘dizer alguma coisa diferente do sentido literal’. [...] Partindo do sentido etimológico do termo, Benjamin viu a alegoria como a revelação de uma verdade oculta. Uma alegoria não representa as coisas tal como elas são, mas pretende antes dar-nos uma versão de como foram ou podem ser, por isso Benjamin se distancia da retórica clássica e assegura que a alegoria se encontra “entre as ideias como as ruínas estão entre as coisas” (CEIA, 2009).

têm o poder de controlar memórias e produzir narrativas. Para isso, serão utilizadas as discussões propostas por Avila (2019), Bauer, (2019), Padrós (2009) e Lvovich e Bisquert (2008).

O terceiro capítulo apresenta os símbolos de resistência presentes no romance, especialmente a figura do professor Ulisses, na sua luta contra o esquecimento e na ação política contra o autoritarismo. A partir desse personagem e das concepções de Benjamin e seus comentadores, em especial Jeanne Marie Gagnebin (2009; 2012; 2013) e Michael Lowy (2005), discute-se a respeito da tarefa do historiador, vista, aqui, como a tarefa de violar memórias (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007), ressignificar o passado que ficou no presente e interferir na realidade, escovar a História a contrapelo (BENJAMIN, 2012), fazer sonar as vozes dos vencidos.

Assim, diante das fabricações da memória do passado feitas no presente, como os usos da Ditadura Civil-Militar no Brasil atual, ou das fabricações do próprio presente, como em Lagoa Branca, o historiador deve agir contra o esquecimento das vítimas da opressão, ressignificando a memória que fica, sobretudo diante de tempos obscuros, como esses três tempos que vibram consonantes, o tempo de repressão do coronel João Cândido, o tempo de Josué Guimarães, quando escreveu a obra, e o tempo em que este trabalho é escrito, em que a iminência do perigo é contínua, em que a marcha dos vencedores parece seguir, estendendo o perigo à memória das vítimas do passado.

## **1. JOSUÉ GUIMARÃES, UM ANIMAL ESSENCIALMENTE POLÍTICO**

No prefácio do livro *Tempo de ausência: 30 anos sem Josué Guimarães*, lançado em 2019, os organizadores Miguel Rettenmaier e Fabiane Verardi atestam que ler a produção literária de Josué Guimarães “pode ser um termo iluminador nos caminhos tortuosos que se apresentam, sobretudo, no atual momento histórico – um momento histórico em que sua ausência é ainda mais sentida” (RETTENMAIER; VERARDI, 2019, p. 11). Partindo deste ponto, este trabalho propõe uma leitura de Josué Guimarães, especificamente da obra *Os tambores silenciosos*, também como uma lanterna capaz de iluminar caminhos em tempos de crises política e humanitária, sendo, dessa forma, capaz de potencializar discussões inclusive dentro do campo da História, sobretudo quando se é proposto refletir acerca da tarefa do historiador frente a esses momentos.

O autor tem sua biografia marcada por diferentes períodos de profunda instabilidade política e social no Brasil e sempre se colocou em uma posição crítica frente a supressões de liberdade e atentados à democracia e aos Direitos Humanos, acreditando ter o dever de ação, tomando para si um compromisso de enfrentamento ao que atentava às suas convicções sobre o que seria um mundo mais justo para todos e todas, seja como jornalista, político ou escritor. Para Santos (2019, p. 194),

[...] se este (Josué Guimarães) se prolongou no ficcionista, jamais o fez no sentido de atribuir concessões ao leitor. Pelo contrário, intérprete mordaz e empenhado da realidade e da História, Guimarães projetou em seu discurso ficcional os detalhes estranhos e anacrônicos para deles extrair os avessos de uma História pontuada pelo fracasso e de situações concretas da vida política do presente. Somados, esses processos garantem um projeto ficcional que busca apreender, como uma totalidade significativa, vivências históricas de tempos de crise.

Por isso, propõe-se, aqui, a utilização da literatura de Josué Guimarães como instrumento de leitura e discussão acerca da escrita da História, em um presente no qual a norma democrática sofre abalos constantes, que a fragilizam cada vez mais, os direitos políticos e sociais são ameaçados, e o país mergulha em uma crise sanitária, econômica e política, marcada pela negação, legitimação e saudosismo do passado ditatorial pós-Golpe de 1964, que emerge em setores da sociedade e dentro das próprias instituições públicas, reivindicando uma memória positiva do período. Para a tarefa supracitada, faz-se necessário, em primeiro lugar, conhecer o autor estudado, a fim de entender de onde a obra parte e em que medida é capaz de dialogar com as crises do presente e da História. Desta forma, será apresentada uma breve discussão a respeito da trajetória de Josué Guimarães<sup>3</sup>. Assim, ao conhecer o local de fala da obra utilizada por meio de reflexões sobre o autor e o contexto de produção, será possível aprimorar a análise e transitar por questões mais amplas, como a interpelação “qual é a tarefa do historiador?”, sobretudo, em tempos obscuros.

A fim de compreender quem foi Josué Guimarães, precisa-se olhar para algumas das diferentes facetas que compõem um ser humano, como o círculo de relações, a formação intelectual e a atuação na sociedade. No que diz respeito a sua vida intelectual e profissional, atuou em pelo menos três frentes, como jornalista, como político e como escritor. Moura (2011) entende que Josué possa ser enquadrado no conceito de intelectual e, pela análise de sua

---

<sup>3</sup> Para aprofundamento e análise rigorosa da trajetória política e intelectual de Josué Guimarães, ver a dissertação de Mestrado de Vanessa dos Santos Moura: Josué Guimarães: uma análise de sua trajetória político intelectual e de sua produção literária ficcional. Defendida no ano de 2011, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

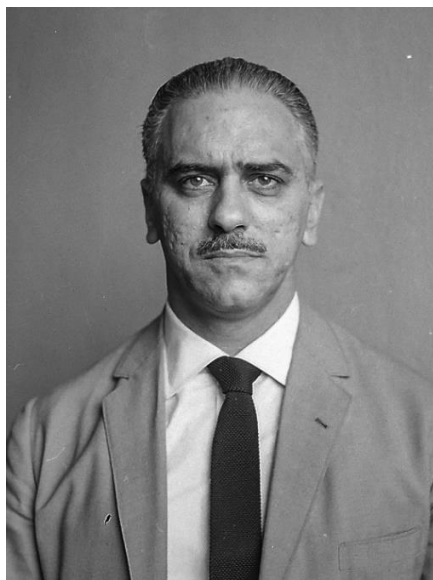
trajetória, afirma-se ser, mais especificamente, ser um intelectual de esquerda. Da mesma forma, Remédios (2001) afirma que Josué Guimarães possuía “bagagem intelectual de formação socialista”. Notoriamente, era um homem de posições críticas em relação ao mundo que o cercava e essas posições transpareciam tanto no seu trabalho como escritor, como na sua carreira como jornalista e como político.

Nascido em São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, em 7 de janeiro de 1921, Josué Marques Guimarães viveu a primeira infância no município de Rosário do Sul, para onde a família se mudou um ano após o seu nascimento. Depois da chamada Revolução de 30, mudaram-se para Porto Alegre. Na capital, completou o secundário no Ginásio Cruzeiro do Sul, onde também estudou o escritor Erico Veríssimo, que viria a ser um grande amigo anos mais tarde. Como jornalista, iniciou a atuação em 1939, no Rio de Janeiro, em veículos como o *Correio da Manhã* e *Malho*. Quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, Josué se alistou como voluntário na Força Expedicionária Brasileira, de volta ao Rio Grande do Sul para concluir o curso de oficial da reserva. Como já era casado na época, foi recusado. Depois disso, atuou em grandes jornais e revistas do país e em diferentes funções, de repórter a diretor, em uma longa carreira no ramo, que durou até o fim da sua vida. Foi também correspondente na China após a ascensão de Mao Tsé-Tung e na União Soviética de Stálin, registrando suas memórias de viagem em livro que só seria publicado postumamente, intitulado *As Muralhas de Jericó*. Anos mais tarde foi correspondente em Portugal, onde cobriu a Revolução dos Cravos, e também na África<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Informações predominantemente retiradas do Sumário Biobibliográfico das edições de bolso dos livros de Josué Guimarães editados pela L&PM.

Figura 1. Josué Guimarães



Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Josué Guimarães](https://pt.wikipedia.org/wiki/Josué_Guimarães)> Acesso em dezembro de 2020.

Em 1945, Josué Guimarães fez parte da delegação do Rio Grande do Sul que compôs o Primeiro Congresso Nacional dos Escritores, em São Paulo. O evento reuniu intelectuais de diferentes áreas, a fim de formar uma frente ampla contra o Estado Novo e por uma melhor legislação em relação aos direitos autorais. Josué compôs a Comissão de Cultura e atuou como jornalista, na cobertura do Congresso para o jornal *A Hora*. No texto publicado sobre o evento, Josué

[...] reclamava uma série de medidas políticas (“*legalidade democrática, garantia de liberdade, sistema de governo eleito pelo povo, soberania (...)*”) que estavam sendo negligenciadas pelo Estado Novo. Mais, Guimarães pôs em questão o próprio papel do escritor, que deveria estar menos preocupado com questões estéticas, em produzir uma literatura de luxo para divertir as classes burguesas (“*a literatura deve se ater à perfeição exclusiva da forma, ao canto da beleza pura*”), e sim ocupado em escrever uma literatura em sentido social, que permitisse um efetivo diálogo entre o escritor e a sociedade – que somente poderia ser atingido com a instauração de um Estado Democrático (MOURA, 2011, p. 39, grifos do autor).

Esse texto evidencia a criticidade de Josué Guimarães em relação ao sentido social da sua prática e também a sua concepção de literatura, como um compromisso ético de denúncia presente em sua obra. É a partir daí que inicia a aproximação com o campo político, passando a integrar o quadro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no ano seguinte, em 1946, por influência de Alberto Pasqualini. Neste partido, foi eleito o vereador mais votado de Porto Alegre, em 1951. Entretanto, seus posicionamentos, contrastantes em alguns pontos ao



pensamento do partido e de Pasqualini, como a respeito do socialismo e do comunismo, o aproximação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), o qual se filiaria na sequência, o que não significou um rompimento de relações com seus antigos companheiros de PTB. Outro fator ligado à saída do PTB, segundo Moura (2011), foi a não publicação do livro de memórias escrito sobre a viagem que fez à China e à União Soviética. O livro apresenta um socialista brasileiro deslumbrado e entusiasmado com o mundo comunista que o permitiram ver nesses países (REMÉDIOS, 2001). Inclusive, para Remédios (2001), é com essa obra que nasce o Josué Guimarães ficcionista:

O Josué Guimarães ficcionista não havia surgido em 1970, com a publicação do livro de contos *Os Ladrões*, mas se encontrava ali, nessas memórias, escritas quando o autor contava trinta e um anos de idade e dezoito anos antes daquela que era considerada sua primeira obra ficcional. Nelas, o escritor revela um desejo muito maior do que ser original e singular – o desejo de comunicar-se com o outro e ajudar na transformação de seu país. Desse modo, a partir da publicação deste livro de memórias, se deve pensar que Josué Guimarães não inicia tardiamente sua vida literária, mas que inaugura sua história de ficcionista em 1952 (REMÉDIOS, 2001, p. 14).

Essa visão vai de encontro à visão amplamente difundida de que Josué Guimarães teria iniciado tardiamente na ficção. O livro intitulado *As muralhas de Jericó* só foi publicado em 2001, de forma póstuma. Os originais estavam sob guarda do amigo Ivan Pinheiro Machado que os entregou ao Acervo Literário Josué Guimarães, que, na época, pertencia ao programa de pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul<sup>5</sup>, onde foi preparado para a edição. O livro não foi publicado na época em que foi escrito ou enquanto Josué Guimarães era vivo por uma série de motivos. As informações colhidas com amigos e familiares era de que o autor pretendia publicar as memórias de viagem, entretanto, como era membro do PTB na época e amigo de João Goulart, então vice-presidente, e do próprio Getúlio Vargas, foi aconselhado pelo presidente a não publicar a obra para não perturbar a ordem. Mais tarde, veio o Golpe Civil-Militar, período turbulento na vida de Josué, que sofreu perseguição política, além da censura instaurada no país. Entregou os originais para Ivan Pinheiro Machado na década de 80, mas, antes de publicá-lo, gostaria de voltar à China, o que não pôde fazer, pois faleceu em 1986 (REMÉDIOS, 2001).

Já Moura (2011) considera a antologia *Nove do Sul* como a entrada de Josué Guimarães na literatura, também em visão diferente da crítica que coloca a obra *Os Ladrões* (1970) como

---

<sup>5</sup> Atualmente, o Acervo Literário Josué Guimarães se encontra na Biblioteca Central da Universidade de Passo Fundo, contendo mais de oito mil itens. (Página do ALJOG <http://aljog.upf.br/>)

o início do autor no ramo ficcional, resultado da sua participação no II Concurso de Contos do Estado do Paraná, considerado um dos maiores meios de divulgação de novos autores na época. A referida antologia data de 1962 e foi um projeto encabeçado por Moacyr Scliar e Carlos Stein, além do editor Luiz Lerrer, que reuniu nove autores gaúchos.

Cabe ressaltar aqui também a atuação de Josué Guimarães na campanha da Legalidade. Após a renúncia de Jânio Quadros, com João Goulart, vice-presidente, em missão na China, a Rede da Legalidade, de 1961, uma forma de evitar o golpe e garantir a posse de Jango, foi um

[...] movimento liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Jango. No dia 27 de agosto, Brizola foi para as rádios em defesa do mandato de Goulart. Ele era excelente comunicador e seu argumento simples era inquestionável: na ausência do presidente, assume o vice. Várias emissoras passaram a transmitir seus pronunciamentos, inclusive no exterior. O ministro da Guerra, Odílio Denis, resolveu reagir mandando fechar as rádios Gaúcha e Farrroupilha, mas Brizola requisitou outra emissora e a instalou na sede do governo estadual, o Palácio do Piratini. Logo surgiram rumores de que o palácio seria bombardeado e tomado por forças militares, e as tensões cresceram muito quando o comandante do III Exército foi visto dirigindo-se de carro para lá. Entretanto, o general apareceu na sacada do palácio ao lado do governador, apoiou a Rede da Legalidade e, com isso, o Exército ficou dividido, possibilitando a aprovação da emenda parlamentarista. (FICO, 2019, p. 44)

Josué Guimarães atuou nos bastidores desse episódio. Embora já estivesse desfilado do PTB e filiado ao PSB, Guimarães não rompeu relações com os ex-companheiros de partido. Em depoimento, o autor contou como foi a sua atuação:

Logo após a renúncia de Jango (JÂNIO), o Brizola mandou me chamar, nós entramos no Palácio Piratini e demos início à Legalidade. No dia seguinte, ele me deu Cr\$ 10 mil e me mandou para o Rio montar uma estação clandestina, para informar o que estava acontecendo lá. No Rio, fui bem recebido pelo Fernando Sabino e pelo Paulo Mendes Campos e iniciamos a conspiração, na luxuosa casa do Hélio Pellegrino no Jardim Botânico. No período de uma semana, montamos a rádio. Íamos para a Floresta da Tijuca e fazíamos antenas improvisadas com taquaras e pregos. Mas tudo começou a fazer (SIC) perigoso demais. Mudamo-nos para Petrópolis e, depois, para Friburgo. De Petrópolis, avisei para o Brizola que o porta-aviões Minas Gerais havia zarpado rumo ao Sul. Toda a polícia andava à cata de um tal de Samuel, meu pseudônimo. Uma vez, por muito pouco, não nos pegam na casa do Fernando Sabino. Depois a coisa acalmou, eu voltei para Porto Alegre e fui chamado de volta ao Rio, pelo Jango, para dirigir a Agência e a Rádio Nacional (INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO, 2006, p. 10-11 apud MOURA, 2011, p. 57).

Guimarães permaneceu como diretor da Agência Nacional de 1961 até 1964. Com o Golpe Civil-Militar, passou a ser alvo da ditadura, conhecido tanto pela atuação na Legalidade

quanto pelo cargo<sup>6</sup> que ocupou no governo deposto de João Goulart, que marcavam seus posicionamentos políticos. Após uma tentativa frustrada de refúgio na embaixada do Uruguai, Josué Guimarães precisou viver na clandestinidade, na cidade de Santos, mas também transitou entre São Paulo e Rio de Janeiro. Adotou o pseudônimo Samuel Ortiz. Nos primeiros anos, teve baixa produção escrita, sempre com o pseudônimo, e diversos empregos. O principal foco era o sustento da família. Foi encontrado pelo governo em 1969, quando voltou ao Rio Grande do Sul e reassumiu seu nome. Precisou responder um processo sobre apropriação indébita de verba federal, acusado de levar 10 mil cruzeiros da Agência Nacional. Josué foi inocentado em 1971. O ano de 1969 também marca o início de uma produção ficcional recorrente na vida de Josué Guimarães.

O que fica evidente em sua trajetória é o engajamento político, que irá reverberar em sua obra ficcional, pois se percebe uma noção de compromisso político em sua tarefa de escritor e na forma como o próprio enxergava o seu fazer literário, como Josué Guimarães explicita:

Eu acho que umas das funções do escritor é viver a sua época, é compreender o seu povo, viver os seus problemas e procurar transportar isso para o livro como um depoimento. Daqui a vinte, trinta, quarenta, cinquenta anos, quem sabe, pode servir de subsídio para saber como era esta época. [...] Eu acho que todos os meus livros, eles devem estar marcados com uma presença política, ou, pelo menos, por um posicionamento político. Eu acho que escrever só o romance pelo romance eu não vejo muito fundamento. Eu acho que eu sou um animal essencialmente político. [...] A imprensa sempre lutou por liberdade. É uma questão fundamental para um homem de jornal, viver num regime democrático<sup>7</sup>.

Quando escreveu praticamente toda a sua obra ficcional, Josué Guimarães não vivia em um regime democrático. Sob a marca da Ditadura Civil-Militar, do qual o próprio autor foi vítima do tolhimento de liberdades individuais, sofrendo perseguições, não deixou de abordar em seus livros o Brasil que o cercava, deixando, como disse, um subsídio para as gerações futuras. Por exemplo, em 1977, publicou *É tarde para saber*, uma novela que narra a história de um amor proibido entre os jovens Cássio e Mariana, no Rio de Janeiro. Mais do que isso, é

---

<sup>6</sup> Josué Guimarães foi Diretor da Agência Nacional até alguns meses antes do Golpe. Entretanto, mesmo tendo deixado o cargo, por uma divergência administrativa com Darcy Ribeiro, então Chefe da Casa Civil, ele ainda respondia pela Agência no momento do golpe, pois Jango solicitou que aguardasse até encontrar um substituto à altura.

<sup>7</sup> Depoimento de Josué Guimarães à L&PM em 1984. Disponível em [https://www.lpm-webtv.com.br/site/default.asp?Template=..%2Fmultimedia%2Flayout\\_exibir.asp&MidiaID=702238&TroncoID=539000&SecaoID=919909&fbclid=IwAR2\\_B1ZYj16VBBXKHxqnBAxy4FYtdGbRm4RDk0pJKsnJfHFtav8D2GbLRps](https://www.lpm-webtv.com.br/site/default.asp?Template=..%2Fmultimedia%2Flayout_exibir.asp&MidiaID=702238&TroncoID=539000&SecaoID=919909&fbclid=IwAR2_B1ZYj16VBBXKHxqnBAxy4FYtdGbRm4RDk0pJKsnJfHFtav8D2GbLRps) Acesso em Julho de 2020.

um livro sobre o contexto de medo vivido pela juventude opositora ao regime. Cássio, um opositor e que participa do enfrentamento à Ditadura, não pode revelar seu nome completo nem endereço à amada, além de fornecer poucas informações sobre sua vida pessoal, pois vive na clandestinidade. Precisam combinar códigos para marcar encontros, enquanto Mariana aparece como uma figura inocente, alheia aos problemas do Brasil, em “um estranho romance político em que não se discute política” (GONZAGA, 2018, p. 9). Mariana só toma conhecimento da realidade tardiamente, quando se defronta à foto de Cássio no jornal, estampada ao lado de outros três “subversivos”, anunciando a morte dos “terroristas” ao resistirem à prisão.

Da mesma forma, o romance *Os tambores silenciosos*, que será analisado nos capítulos seguintes desta monografia, pode ser lido como uma alegoria do tempo presente do autor, também escrito durante a Ditadura Civil-Militar, em 1975, e, mais do que isso, em uma visão benjaminiana, seu caráter alegórico pode resultar em significações transitórias, na liberdade lúdica do *jogo* (GAGNEBIN, 2013), ou seja, pode-se extrair sentidos dessa crítica alegórica para refletir sobre o tempo de agora, sobre o Brasil atual.

Figura 2. Algumas capas das diversas edições de *Os Tambores Silenciosos*



Fonte: Google Imagens

A obra narra a semana que antecede as comemorações do 7 de setembro, em que um grande desfile será realizado na pequena cidade fictícia de Lagoa Branca, governada pelo coronel João Cândido. O romance se passa em 1936, um ano antes da implementação da Ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas no Brasil<sup>8</sup>, mas, como dito, uma série de elementos indicam o tom crítico adotado para narrar o seu próprio tempo. Entre esses elementos, pode-se citar a política repressiva adotada pelo prefeito com a ajuda e certa autonomia dos seus capangas, Inspetor Paulinho e Capitão Ernesto. A censura de livros e a prisão do dono da livraria da cidade, Dino Maldonado; a perseguição e prisão aos “subversivos”, a maioria jovens estudantes; a tortura desses prisioneiros; a apreensão de jornais e aparelhos de rádio; o confisco e a violação de correspondências; o controle de informações que entram e que saem do perímetro da cidade. Essas são algumas das políticas que compõem o governo de João Cândido, com a justificativa de blindar a população da cidade dos males do mundo. Somado a isso, exaltam-se os valores cívicos, com o patriotismo marcado pelo simbolismo do desfile e das comemorações da Semana da Pátria. Também se destaca a exclusão dos mendigos da cidade, indignos de participar do evento aos olhos do prefeito. O coronel ordena que sejam retirados de Lagoa Branca, mas acabam mortos, como um produto descartável.

A partir dessa obra, compreendendo a trajetória do narrador, pode-se discutir acerca das possibilidades de sua utilização para pensar a História, ao lado da Literatura, e, a partir desse ponto, discutir também a respeito da tarefa do historiador em momentos de crise, tendo o teórico Walter Benjamin como principal embasamento, sobretudo com o auxílio de suas teses *Sobre o Conceito de História*, onde o autor mostra a necessidade de “salvar o passado no presente” (GAGNEBIN, 2012), de enxergar a História pela ótica dos vencidos, de redimi-los. Assim, entre as diversas possibilidades de interpretação da alegoria, mesmo que anacrônica, está a de perceber o passado no presente, de perceber o cruzamento entre os três tempos: de Lagoa Branca, de Josué Guimarães e o atual.

Albuquerque Júnior (2007) defende a tese de que a História pode ser pensada *com* a Literatura, sem a adoção de uma posição defensiva, e as fontes literárias podem e devem ir além da compreensão da obra como um mero documento. Essa concepção é compartilhada por Roger Chartier (2007), que afirma que “os historiadores não devem reduzir os textos literários a regramentos de ‘documentos’”. O importante é entender como a criação estética se apropria dos

---

<sup>8</sup> “Em 1935, os comunistas promoveram um levante militar nas cidades de Natal, do Recife e do Rio de Janeiro. Foi uma iniciativa completamente atabalhoada que o governo dominou rapidamente, mas serviu de pretexto para o endurecimento do regime: com o beneplácito do Congresso, Vargas instituiu repressão política generalizada, não apenas contra os comunistas, mas contra qualquer opositor. Esse processo culminaria com a instalação de uma ditadura efetiva, o Estado Novo, em 1937, de coloração fascista, que duraria até 1945” (FICO, 2019, p. 14).

objetos, das práticas ou dos códigos de sua época para transformá-los em razões literárias”. Assim, Albuquerque Júnior (2007) cria a teoria da terceira margem, inspirada no famoso conto de Guimarães Rosa, *A terceira margem do rio*.

O que significa pensar a História e escrevê-la desta terceira margem? Significa primeiro pensar que a História não se passa apenas no lugar da natureza, da coisa em si, do evento, da matéria ou da realidade, nem se passa apenas do lado da representação, da cultura, da subjetividade, do sujeito, da ideia ou da narrativa, mas se passa entre elas, no ponto de encontro e na mediação entre elas, no lugar onde estas divisões ainda são indiscerníveis, onde estes elementos e variáveis se misturam. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 28)

Para o autor, assim como o rio de Heráclito, a história arrasta as formas estabilizadas para o fluxo, onde sempre são diferentes do que pareciam ser, onde os eventos são misturas de inúmeras variáveis, visualizadas parcialmente por focos de evidência. Contra a dicotomia das margens do subjetivismo e do objetivismo, a margem do discurso e a margem da realidade, pois a história se escreve navegando no leito, conectando as margens durante a viagem. Conectam-se também as margens do presente e do passado, como mostra Benjamin, transformando uma à outra, ou seja, o passado agindo sobre o presente e o presente ressignificando o passado, mirando o futuro. Mas nem tudo é fluxo, no caminho, podem haver ilhas ou icebergs, momentos de irrupção, momentos de diagnósticos relativos do momento e de elaboração de distinções entre os tempos e de alternativas para a continuação do trajeto, pois a História também é essa sedimentação, ou, melhor, a relação entre ela e o fluxo. Mas se o fluxo se tratar da versão Oficial, dos vencedores, deve-se navegar no contra-fluxo, como Benjamin, escovando a História a contrapelo. São nessas águas que se dá o ofício do historiador. Entretanto, ao final da narrativa construída pelo profissional de História

[...] se o evento aparece em seu corpo inteiriço e bem amarrado, é porque escondemos as costuras, os chuleados, os nós e as laçadas que precisamos realizar e, como numa linda blusa de tricô, precisamos esconder e disfarçar no seu avesso. Tecer, como narrar, é relacionar, pôr em contato, entrelaçar linhas de diferentes cores, eventos de diferentes características, para que se tenha um desenho bem ordenado no final. Este trabalho de tecitura é, no entanto, obra da mão de quem tece, da imaginação e habilidade de quem narra. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 31)

E, para tecer, é necessário ter instrumentos, como documentos, conceitos, método. Só assim, o historiador pode cumprir sua tarefa.

Colocado nesta terceira margem da temporalidade, que é o presente, o historiador tem a tarefa de construir com sua narrativa uma canoa que possa mediar, fazer se tocar as margens do passado e do futuro. Ao habitar o tempo, como passa a fazer o pai da terceira margem, ao passar a viver no fluxo, ao invés de ser um profissional que fica preso ao passado, que remói suas lembranças, que fica ancorado à margem da memória e da tradição, o historiador é alguém que tem a tarefa de se descolar desta memória cristalizada, de fazer com que esta retorne ao fluxo temporal, que se liquefaça para que novamente possa correr na direção do futuro. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 33)

Baseado nestas ideias, este trabalho parte do fluxo entre os tempos, entre a realidade e o discurso, entre o narrador e a sua obra, entre Lagoa Branca e a Ditadura Civil-Militar, entre tempos de crise, ficcionais ou reais, e o presente.

## **2. LAGOA BRANCA - O CONTROLE DA MEMÓRIA NA CIDADE ALEGÓRICA**

Em 1940, mesmo ano de sua morte, Walter Benjamin escreveu um dos seus mais célebres textos: *Sobre o conceito de história*, redigido “pouco antes da tentativa de seu autor de escapar de uma França vichysta em que os refugiados alemães judeus e/ou marxistas eram entregues às autoridades da Gestapo” (LOWY, 2005, p. 33). As suas teses exploram diferentes dimensões sobre a teoria da História e o filósofo propõe reflexões sob a ótica de tempos de profunda crise, especialmente no contexto de ascensão do fascismo. Josué Guimarães também escreve sua obra sob um lugar de crise, com o Brasil ainda envolto pelo signo da Ditadura Civil-Militar, a qual, anos antes da publicação de *Os tambores silenciosos*, fez com que o autor precisasse viver clandestinamente, mudando a identidade por medo da repressão estatal. Não soa estranho que os estilhaços da realidade do autor, comprometido politicamente com a liberdade, atinjam sua ficção: a cidade fictícia do romance, Lagoa Branca, também está mergulhada em um tempo de crise, com o cotidiano determinado pela política autoritária imposta pela Prefeitura, que controla toda uma população isolada do mundo e com a liberdade tolhida.





Este trecho já coloca o leitor a par da política autoritária promovida pelo prefeito, coronel João Cândido, que tenta construir sua própria narrativa da História. Por meio do controle total sobre a população, com restrição de informações e repressão, busca criar uma “vida nova” para os habitantes da cidade. Como se percebe, os aparelhos de rádio foram recolhidos, e quem ousasse esconder algum, como alguns jovens ao longo da narrativa, sofriam perseguições, prisão e tortura. A sede da prefeitura abrigava uma montanha de aparelhos apreendidos. Os jornais também não circulam mais pela cidade. São recolhidos assim que desembarcam na Estação e, depois, queimados. Apenas a Ação Integralista<sup>9</sup> consegue desviar um exemplar por edição. As informações são transmitidas pelo veículo oficial do governo: *A Voz de Lagoa*, um jornal que está preparando uma edição especial de Independência, para compor a maior comemoração da Semana da Pátria já vista, que culminará com o grande desfile de Sete de Setembro promovido pelo prefeito. O jornal omite informações das catástrofes do mundo e cria uma imagem irreal de Lagoa Branca, mentindo, por exemplo, sobre a safra de trigo do ano, perdida pela ferrugem, mas retratada como a maior de todos os tempos. Além disso, as correspondências são violadas, para evitar que informações impertinentes ao governo entrem ou saiam do perímetro do município. Ou seja, suas políticas são calcadas na produção intencional de esquecimento e na negação da realidade, na recusa da verdade comprovável, isto é, no negacionismo, pois cria a sua própria versão do real, isolada do mundo, onde não existem tragédias, problemas nem oposição. Uma cidade próspera, com valores cívicos e amor à pátria. Para Avila (2019), os mecanismos pelos quais o negacionismo opera são justamente as omissões factuais, distorções do registro histórico e silêncios sobre dados inconvenientes do mesmo período, tal qual as práticas adotadas no romance.

É evidente que na obra de ficção que se passa em 1936 ressoam traços da realidade presente do autor, do tempo de escrita da obra. Outras comparações possíveis entre os regimes podem ser feitas. É o caso da livraria *O Atheneu* do personagem Dino Maldonado, que também é poeta. Ele é alvo de uma busca por material “subversivo”, evidenciando ainda mais a censura. Tachado de “comunistóide”, esses episódios escancaram o anticomunismo presente na ideologia dominante e o medo da “ameaça comunista”. O regime repressivo sai do controle do coronel João Cândido e atinge os níveis mais baixos da hierarquia de uma forma mais brutal, sem o conhecimento e consentimento do líder. Essas práticas são atribuídas ao Capitão Ernesto e ao Inspetor Paulinho, agentes da repressão, que, muitas vezes, tomam as decisões por conta

---

<sup>9</sup> Para Hélió Trindade (2004), a Ação Integralista Brasileira foi um movimento de massa de tipo fascista. Liderado por Plínio Salgado, o Integralismo surgiu em 1932, foi dissolvido por Vargas, junto a outros partidos, em 1937 e tentou um Golpe contra o Presidente em 1938, mas fracassou.

própria, abusando do cargo para atos de violência e arbitrariedades. E parte deles a decisão de buscar livros que “só envenenam” na livraria de Dino Maldonado, muito semelhante às censuras justificadas pelos atentados à moral e aos bons costumes feitas durante a Ditadura Civil-Militar. Apesar de já terem abolido, tempos atrás, todos os livros considerados subversivos da livraria, encontram um exemplar de *Cacau*, de Jorge Amado, e isso basta para a prisão do proprietário. As palavras do poeta ao encontrar os filhos na prisão vão ao encontro de conceitos como a redenção e a rememoração das teses de Benjamin: “você não precisa se envergonhar do pai que têm, é um homem que sofre de injustiça política, um dia isso ainda há de ficar registrado na História” (GUIMARÃES, 2011, p. 46). Na tese II, Benjamin (2012, p. 242) diz:

[...] a imagem da felicidade está indissolúvelmente ligada à da redenção. O mesmo ocorre com a representação do passado, que a história transforma em seu objeto. O passado traz consigo um índice secreto, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que envolveu nossos antepassados? Não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, então existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Então, alguém na terra esteve à nossa espera. Se assim é, foi-nos concedida, como a cada geração anterior à nossa, uma *frágil força messiânica* para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso.

A redenção, portanto, é concebida como rememoração histórica das vítimas do passado (LOWY, 2005). Ou seja, na rememoração do passado, contra o ponto de vista dos vencedores, é que ocorre a redenção de todas as vítimas, no presente, como ação redentora. Não é apenas um novo olhar ao passado, mas uma tarefa revolucionária, que não só salva os vencidos do esquecimento, mas também busca seguir e concluir o seu combate emancipador (LOWY, 2005).

A repressão é sempre justificada pelo Estado de Guerra pelo qual o país passa e pelo período de exceção vivido por Lagoa Branca. Ao longo do romance, é nítido o agravamento desse status, com aquisição de aparelhos de tortura para choques elétricos, a prisão de crianças e o espancamento dos presos que resultam em algumas mortes. Um caso relevante é o dos mendigos da cidade. Em primeiro lugar, é importante ressaltar a noção que o poder público, aos olhos do coronel, tem desses seres humanos: pessoas que estão nessa situação porque desejam e que nada pode ser feito para revertê-la:

“[...] quero me referir aos nossos mendigos, esses infelizes irrecuperáveis para a sociedade e que infelizmente, a cada dia que passa, mais se multiplicam, é muito melhor estender a mão e pedir uma esmola do que empunhar uma pá e uma enxada e

plantar alguma coisa nessa vasta terra abandonada ou pegar uma vassoura e limpar as ruas, as repartições, prestar serviço”. (GUIMARÃES, 2011, p. 89)

Ou seja, são vistos não como um problema estrutural ou de responsabilidade do Estado, mas como representação dos desvalores da vida, o inverso do trabalhador, o preguiçoso, que não atingiu o mérito pessoal, ou, simplesmente, como algo que segue a ordem natural da vida, ressaltado quando o Coronel explica a sua filha o porquê do desaparecimento de um dos mendigos da cidade:

“[...] minha filha, estás ficando crescidinha e já está na hora de saber que essa pobre gente hoje está bem, amanhã está morrendo; em geral anda sempre cheia de doenças, come mal, governo nenhum no mundo ainda conseguiu resolver esse problema, faz parte da natureza humana, o mendigo nasce mendigo e isso me parece certo, que nem Deus, que é todo-poderoso, quis fazer as coisas diferentes. (GUIMARÃES, 2011, p. 156)

Na verdade, eles haviam sido retirados da cidade arbitrariamente. O coronel ordenou que os mendigos fossem levados para algum município distante, para que não estivessem presentes durante o esperado desfile de Sete de Setembro. “Como se eu não tivesse o direito de limpar a minha cidade”, João Cândido diz, como se a presença daquelas figuras fosse um estorvo para as comemorações oficiais e pudessem ser apagadas da narrativa oficial. Vale ressaltar também o sentimento de posse sobre a cidade, com o pronome “minha”. Entretanto, apesar de solicitar que tudo fosse feito escondido e sem violência, mais uma vez os capangas abusam da força. Afirmam que os quatro mendigos sofreram um acidente na passagem da balsa, mas, ao final do romance, são encontrados os corpos com marcas de espancamento.

As ações de João Cândido evidenciam a tentativa de criar a própria versão da História. Controlar a narrativa oficial. Assim, conseguiria que a memória coletiva a respeito do seu governo fosse de exaltação, de um período fértil, distante, ou sem conhecimento, dos males do mundo, com grandes eventos como o Desfile de Sete de Setembro. Isso seria possível se não acontecesse a resistência organizada, que será discutida no próximo capítulo. Por outro lado, a Ditadura Civil-Militar conseguiu, ao se apropriar de métodos semelhantes, construir uma narrativa de abrandamento e justificação dos seus atos, que resultou em uma memória, muitas vezes, positiva e saudosista por parte de setores conservadores, que fazem usos do passado, distorcendo, omitindo, legitimando ou negando fatos, como a corrupção e as violações de Direitos Humanos, ganhando territórios na batalha pela memória.

Bauer (2019) mostra como esses usos do passado podem ser benéficos para um governo. Como principal exemplo, tem-se o atual o uso do passado ditatorial brasileiro feito por Jair Bolsonaro e seus apoiadores. A autora traça um percurso de construção dessa memória sobre o período que cabe ser resumido aqui. Durante a própria Ditadura se construíram mecanismos de legitimidade, desde a expressão “Revolução” ou “Revolução Democrática de 31 de Março”, termo semanticamente positivo utilizado até hoje para se referir ao período por alguns setores. Além disso, durante o período, os militares apareciam em público como civis, e o termo “presidentes militares” é utilizado até os dias atuais, sendo difícil encontrar a terminologia “ditadores” para se referir aos líderes da Ditadura. Manter o Congresso, mesmo limitado e governando por atos institucionais, foi outra estratégia de abrandamento do regime na memória coletiva. Também é importante ressaltar o término da Ditadura, uma longa transição mantida sob controle pelos militares e seus apoiadores civis, controlando também as narrativas do passado recente, além da Lei da Anistia, baseada na produção de esquecimento dos crimes cometidos pelo Estado, e a influência dos militares ainda nos primeiros anos de democracia. Esse processo lento diluiu a memória coletiva do período e amorteceu as marcas negativas, deixando para trás o todo o Terrorismo de Estado (PADRÓS, 2009). É evidente que essa não é a única narrativa do passado ditatorial, outras ocupam a arena de disputa pela memória, como a narrativa das vítimas de tortura, prisões e familiares de mortos e desaparecidos, além de uma produção historiográfica abundante sobre esse período. Mas a narrativa de justificação da Ditadura é bastante difundida, por discursos que afirmam a necessidade do regime de exceção na época. Narrativa muito parecida com a Teoria dos Dois Demônios<sup>10</sup> difundida na Argentina em certo período, afirmando que a sociedade era vítima tanto do extremismo revolucionário da esquerda como da reação também extremista de direita feita pelo Estado. Essa teoria é assimétrica, colocando o mesmo peso em situações incomparáveis, com informações idealizadas e distorcidas. O negacionismo e as distorções sobre o período já apareceram com

---

<sup>10</sup> Esta visão se desenvolveu no final da Ditadura na Argentina (1982), no período de transição democrática, como modo de interpretação da sociedade nos anos prévios ao Golpe (1976), que seriam marcados por extremos ideológicos que resultaram em violência política. A memória social do conflito foi em parte moldada pela Teoria dos Dois Demônios. Essa Teoria contribuía para uma necessidade de estabilidade democrática, pois o novo sistema de governo, em tese, comportaria a pluralidade de opiniões e os conflitos se resolveriam dentro da legalidade, sem espaço para o Terrorismo de Estado e neutralizaria a ideia de Revolução. Essa Teoria favorece o esquecimento, pois a imagem de uma sociedade tola e alheia aos conflitos apaga a cumplicidade e os consensos de setores que apoiaram a “guerra anti-subversiva”, tirando o peso da repressão de suas costas. Além disso, a equiparação proposta pela Teoria relativiza o Terrorismo de Estado, tirando a magnitude que possui (LVOVICH; BISQUERT, 2008).

bastante força durante a primeira eleição de Dilma Rousseff<sup>11</sup>, vítima de acusações como a de ser terrorista ou de receber uma “bolsa-ditadura”. O seu governo instaurou políticas públicas de memória no Brasil sobre a Ditadura, como a criação da Comissão Nacional da Verdade<sup>12</sup> em 2011. Entretanto, a memória positiva do período, construída de forma planejada e sólida em certos meios, como entre os militares, seguiu pulsante, e, em 2014, celebrou-se o cinquentenário do Golpe. A data já era celebrada discretamente nos quartéis, e, em 2019, Bolsonaro, presidente da República, declarou que se realizassem as comemorações devidas<sup>13</sup>, o que transforma o negacionismo em uma política de memória. Antes disso, nas manifestações de 2013, também já existiam grupos clamando pelo retorno dos militares ao poder (BAUER, 2019). Bolsonaro emerge como um porta-voz dessa narrativa dos oficiais do exército, pela sua formação nesse meio, e resgata o sentimento de “ameaça comunista” entre pessoas que se identificam com seus posicionamentos.

Bolsonaro crea identificaciones por medio de su odio y por medio de su personificación de las Fuerzas Armadas, que en Brasil cuentan con un prestigio del que no gozan en ningún otro país del Cono Sur. Los analistas le atribuyen este prestigio a las estrategias de legitimación de la dictadura, a la forma como se realizó la transición a la democracia y a una histórica imagen de las Fuerzas Armadas identificadas con el orden y con la propia idea de Brasil<sup>14</sup>. (BAUER, 2019, p. 44)

Portanto, a construção de uma memória branda e legitimada por parte dos agentes da Ditadura obteve resultado no Brasil atual, criando um sentimento de identidade em grupos que

---

<sup>11</sup> Dilma Rousseff foi presidenta do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no período de 1º de janeiro de 2011 até 31 de agosto de 2016. Sobre as acusações, ver mais em <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/meme-que-trata-lula-fhc-e-dilma-como-beneficiarios-de-bolsa-ditadura-e-enganoso/> e <https://www.boatos.org/politica/ficha-criminal-que-aponta-dilma-como-terrorista-e-falsa.html>.

<sup>12</sup> “As Comissões da Verdade são criadas pelo Estado para investigar fatos, causas e consequências de violações de direitos humanos ocorridas em um determinado período da história de um país. Elas são instauradas em períodos de transição política – como após um regime autoritário – auxiliando no estabelecimento de instituições e poderes democráticos ou em resoluções de conflitos armados como no caso de uma guerra-civil” (MEMÓRIAS DA DITADURA). No Brasil, a CNV foi criada apenas em 18 de novembro de 2011, com a promulgação da Lei 12528/2011, instalada no ano seguinte para apurar violações de Direitos Humanos ocorridas entre 1946 e 1988, com a competência de investigar, não de julgar e punir. Os relatórios da CNV podem ser acessados em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>.

<sup>13</sup> Ver mais em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml> Acesso em 20 de novembro de 2020.

<sup>14</sup> “Bolsonaro cria identificaciones por meio do ódio e por meio de sua personificação das Forças Armadas, que no Brasil contam com um prestígio que não gozam em nenhum outro país do Cone Sul. Os analistas atribuem esse prestígio às estratégias de legitimação da Ditadura, à forma como se deu a transição para a democracia e à uma histórica imagem das Forças Armadas identificadas com a ordem e com a própria ideia de Brasil”. [tradução nossa]

a reivindicam e demonstrando a força dessa narrativa ao ascender um candidato identificado a ela ao poder. Por outro lado, em Lagoa Branca, no cenário e tempo de repressão narrados, em que também houve uma tentativa de controle de memória, o governo autoritário não assume uma transição planejada e não consegue sustentar sua narrativa, pois a sociedade apresenta sua reação, norteadas pela figura do professor Ulisses. Uma experiência de insurreição frente ao autoritarismo, a qual Benjamin é um importante interlocutor nessa proposta de entrecruzamento da Literatura com a teoria da História, na terceira margem, para, enfim, discutir a respeito da tarefa do historiador nessa relação presente/passado/futuro, especialmente em tempos de crise. Pois, para Benjamin, o estado de exceção, como o de Lagoa Branca, é a regra. A regra é a opressão, a barbárie e a violência dos opressores. É preciso instaurar o verdadeiro estado de exceção. Para isso, deve-se situar a história do ponto de vista dos oprimidos, para chegar na abolição da dominação (LOWY, 2005).

### **3. PROFESSOR ULISSES E OS SÍMBOLOS DE RESISTÊNCIA: A TAREFA DE VIOLAR MEMÓRIAS**

Os símbolos de resistência à repressão, à crise e ao autoritarismo no romance são diversos. Pode-se citar o dono da livraria e poeta Dino Maldonado, preso injustamente e responsável por versos “subversivos”. A mais jovem das irmãs Pilar, Maria da Glória, onde o Realismo Mágico<sup>15</sup> de Josué Guimarães aparece com mais força, seja pelo seu encolhimento ao longo da narrativa, seja pelos pássaros pretos de papo vermelho que ela, cega, costura durante a madrugada e que vão tomando conta de Lagoa Branca, aos montes, ora com pios, ora voando, que, para Costa (1984), representam a conscientização do absurdo pela sociedade, a “configuração simbólica do mal que assola Lagoa Branca” (COSTA, 1984, p. 6), um prenúncio do apocalipse.

Mas, neste trabalho, a análise desse processo, para compreender a tarefa do historiador, será voltada a um personagem em especial: o professor Ulisses, que não ocupa grande espaço no romance, mas que aparece como centro desse movimento, um norte para os estudantes, o balizador das estratégias de insurgência e derrubada do governo, o “responsável pela racionalização dos estudantes” (COSTA, 1984, p. 8). Intencionalmente ou não, o próprio nome

---

<sup>15</sup> “Escritores do realismo mágico retratam eventos bizarros, inexplicáveis ou exageradamente sobrenaturais ao lado de acontecimentos cotidianos do mundo real, de tal forma que os fenômenos estranhos parecem absolutamente normais” (CANTON et al, 2016, p. 302).

do personagem carrega uma carga semântica bastante forte e profícua para o entendimento do seu papel na narrativa. Busquemos em Gagnebin (2009) uma referência ao Ulisses de Homero.

No primeiro episódio, ele encontra os Lotófagos, seres aparentemente inofensivos, pois eram pacíficos e vegetarianos, mas perigosos, pois ofereciam “o eterno presente do esquecimento” (GAGNEBIN, 2009, p. 15). De acordo com a autora, percebe-se que, desde o início, “a luta de Ulisses para voltar à Ítaca é, antes de tudo, uma luta para manter a memória e, portanto, para manter a palavra, as histórias, os cantos que ajudam os homens a se lembrarem do passado e, também, a não se esquecerem do futuro” (GAGNEBIN, 2009, p.15). Essa mesma luta pode ser a do professor Ulisses, uma luta pela História, para que a fabricação da memória feita pelo coronel não se torne hegemônica, para livrar Lagoa Branca de um presente repressivo, recuperar os direitos suprimidos, redimir as vítimas da repressão que não teriam direito à memória, para um futuro livre.

O professor, em suas primeiras aparições no romance, orienta seus alunos sobre os perigos de atos como a montagem clandestina de aparelhos de rádio, devido à violência do regime de João Cândido, atribuindo racionalidade aos impulsos de revolta dos seus alunos. Desde o início, os estudantes expressavam insatisfação com a situação e o desejo latente de mudança e de ação. O professor concordava. Tentou uma saída diplomática, por meio do diálogo com o coronel. Sem sucesso. Inclusive sofreu a ameaça de ser mandado lecionar em outro município. Portanto, evidencia-se a necessidade de agir e o professor assume para si o centro do movimento:

É isso aí meus filhos, precisamos pensar em alguma coisa, proponho uma reunião amanhã na escola, essas coisas não se podem dizer aqui na rua. Um deles tranquilizou o professor: vá descansar que nós terminamos por descobrir um meio qualquer para acabar com isso, muitas cabeças pensam mais do que uma só, não se preocupe. Um deles bateu no braço do colega: vem aí o capitão, acho melhor mudar de assunto, vamos falar da última sabatina. (GUIMARÃES, 2011, p. 23)

O professor ainda alerta os alunos sobre os perigos de uma conversa noturna em grupo mal interpretada pelas autoridades, em uma relação muito clara com o regime ditatorial brasileiro vivido pelo autor. Além disso, Ulisses é encarregado de preparar uma apresentação com os estudantes para o desfile de Sete de Setembro, apesar de ser visto com desconfiança pelos capangas do prefeito. O papel de liderança do professor frente ao autoritarismo se destaca cada vez mais na obra, como na reunião marcada na escola:

Havia na Secretaria do colégio um grupo grande de alunos, levantaram-se todos respeitosos quando o Professor Ulisses entrou na sala: quando escurecer mais não

devemos acender a luz, disse ele tirando o pó da roupa; o inspetor Paulinho anda por aí sem fazer nada, foi visto na praça há pouco, de repente ele resolve chegar aqui e sabem como é, não bate e vai metendo a mão na porta; assim cada um abre o livro de História no colo e para todos os efeitos estou dando uma aula extra para preparar os mais fracos para os exames do fim do ano. Um rapaz disse: o senhor ficou sabendo que o prefeito mandou soltar o Dino da livraria? Não, mas é um bom sinal, apesar de me terem dito ontem que outros rapazes haviam sido presos e alguns vizinhos afirmam que de noite ouvem gritos de gente apanhando e perguntando sobre isso um soldado respondeu que são alguns presos ladrões que roem as unhas e de noite têm alucinações, ou são bêbados que querem agredir os soldados e eles são obrigados a restabelecer a ordem senão na cidade ninguém ia conseguir dormir. Um deles disse: nós sabemos disso, claro, aqui nesta cidade todos são bobos, menos o prefeito, o capitão e mais alguns seus sabujos. O professor pediu que falassem mais baixo, precisamos discutir muita coisa ainda hoje, estamos em cima da hora, temos de fazer as coisas bem-feitas, não quero ver nenhum de vocês lá nas garras dessas feras. E muito menos o senhor, disse o que estava junto dele. (GUIMARÃES, 2011, p. 92-93)

Nota-se o respeito que a figura do professor adquire, o estado de medo constante e de perigo iminente e o acirramento da repressão, com o uso de tortura e prisões arbitrárias. Quase como se Lagoa Branca representasse um microcosmo dos anos mais duros da Ditadura Civil-Militar do Brasil.

A ação desenvolvida pelo professor e pelos estudantes é central para o desfecho da trama e a derrubada do autoritarismo. Nas sequências finais, o professor não sai mais de casa, diz que está doente. Mas vários alunos são vistos entrando e saindo da sua residência, ao mesmo tempo que aumenta o número de pássaros pela cidade. Na véspera do desfile, já se percebe o afrontamento direto do professor às imposições e a consciência de articulação do movimento:

- Agora vem um pontinho delicado, quero me referir ao Professor Ulisses, eu sabia por ouvir dizer que ele tinha um joelho fora do lugar, que escorregara numa escada, bati lá, ele próprio me abriu a porta, caminhava até muito bem, perguntei como andava o joelho e ele me disse que só de vez em quando é que sentia dores; então eu quis saber se estava tudo sem novidades, afinal a rapaziada do colégio não podia falhar; ele me disse que vir, não vinha, estava muito velho para desfile e me contou assim como quem vai para as pitangas que não podia nem garantir que os rapazes e as moças viessem para a rua, alegou que a mocidade anda muito rebelde e eu não me contive, coronel, ameacei meter todos eles na cadeia se isso acontecesse, que com o dia Sete não se brinca, afinal que raio de patriotismo andava ele a ensinar aos meninos? (GUIMARÃES, 2011, p. 188)

O clima na cidade fica estranho, as pessoas param de cumprimentar o coronel, em uma expressão de insatisfação geral com os rumos da cidade, as vendas do jornal oficial do governo fracassam, apenas dois exemplares são comercializados, todos acordam mais tarde no dia do desfile, quase ninguém comparece e as portas e janelas das casas ficam fechadas. A sabotagem funciona e os estudantes, “comunistas deslavados” aos olhos do capitão Ernesto, saem pelas



ruas armados esfaqueando os pássaros, distribuindo versos de Dino Maldonado por debaixo das portas dos moradores de Lagoa Branca. Para Costa (1984), esse ato

Trata-se de uma operação de "limpeza". Tem lugar dentro dos limites do significado metafórico dos pássaros, isto é, apesar de estar armada, a população não ataca as forças repressoras, mas a sua representação metafórica. Como, porém, essa movimentação, aliada ao boicote às festividades, tem como resultado o amedrontamento do grupo dominante [que foge (o capitão e o Dr. Lúcio) ou suicida-se (o prefeito)] e a sua eliminação (COSTA, 1984, p. 11)

Benjamin propõe uma interpretação da História sob a ótica dos vencidos. O autor utiliza alguns conceitos-chave para elucidar sua visão, entre eles: a redenção do passado e a rememoração histórica. A redenção está ligada a uma tarefa revolucionária, realizada no presente, para que possa acontecer a rememoração, que salva do esquecimento cada vítima do passado (LOWY, 2005). Como aponta Benjamin, em suas teses sobre o conceito de história: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é *privilégio exclusivo* do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” [grifos do autor] (BENJAMIN, 2012, p. 244). Portanto, aí reside um dos principais papéis do professor Ulisses, que percebe o risco no presente e parte para a ação. O risco da continuidade, da vitória do regime de João Cândido, da falsificação, da inação da sociedade. Pois todas as vítimas correm o risco do esquecimento, os jovens torturados e mortos, os mendigos assassinados e apagados da História. Nem eles estariam seguros se nada irrompesse o contínuo da História. A neutralidade apenas confirmaria a versão dos vencedores, a versão Oficial. E é por isso que, como mostra Benjamin, o historiador deve “escovar a história a contrapelo”.

Escovar a história a contrapelo – expressão de um formidável alcance historiográfico e político – significa, então, em primeiro lugar, a recusa em se juntar, de uma maneira ou de outra, ao cortejo triunfal que continua, ainda hoje, a marchar sobre aqueles que jazem por terra (LOWY, 2005, p. 73).

Assim, sela-se um compromisso com as vítimas do passado, com aqueles que lutaram e fracassaram anteriormente e que, sobre seus corpos, a História segue o seu curso.

As classes revolucionárias, ou seja, não só o proletariado, mas todos os oprimidos do passado, têm consciência de poder explodir, por meio de sua ação, a continuidade histórica. De fato, somente a ação revolucionária pode interromper – por um tempo – o cortejo triunfal dos vencedores (LOWY, 2005, p. 123).

Dessa forma, o personagem do professor Ulisses atua no plano da interrupção (GAGNEBIN, 2013), nas brechas da História Oficial, tal qual deve ser a atuação do historiador agindo sobre o presente, porque existe uma “ligação entre interrupção e revolução – pois o que a história tradicional quer apagar são os buracos da narrativa que indicam tantas brechas possíveis no *continuum* da dominação” (GAGNEBIN, 2013, p. 100). Pois a ideia fixa de continuidade flerta com as ambições negacionistas de apresentar fórmulas imutáveis da História seguindo seu fluxo de forma explicada logicamente pelas suas elaborações como uma narrativa única e de caráter incontestável.

O que, enfim, os negacionismos almejam não é a revisão, legítima, do conhecimento histórico, mas seu encerramento em categorias estanques supostamente ancoradas em uma verdade que não admite, por seu caráter absoluto, contestação alguma. Não é surpresa que negacionistas de todos os tipos transformem suas empreitadas intelectuais em verdadeiras cruzadas políticas, quase apocalípticas, porque, ao fim e ao cabo, é disso que se trata: de expulsar do horizonte político e intelectual quaisquer contestações, sempre associadas a conspirações e doutrinações diversas, às suas narrativas (AVILA, 2019).

Portanto, o manuseio de memórias não é apenas objeto de trabalho do profissional da História, pois também é de interesse político, podendo ser utilizado por grupos radicais, partidos políticos, líderes populistas e autoritários, por exemplo, sendo seus usos úteis para a construção de uma identidade justificada e estável, para a manutenção de um sistema de opressões, legitimando práticas terroristas, a criação de inimigos e seus respectivos expurgos e o cerceamento de liberdades. Existe uma relação muito clara entre conjunturas de crise e a reelaboração da memória:

Los períodos de crisis internas de un grupo o de amenazas externas generalmente implican reinterpretar la memoria y cuestionar la propia identidad. Estos períodos son precedidos, acompañados o sucedidos por crisis del sentimiento de identidad colectiva y de la memoria. Son los momentos en que puede haber una vuela reflexiva sobre el pasado, reinterpretaciones y revisionismos, que siempre implican también cuestionar y redefinir la propia identidad grupal<sup>16</sup>. (JELÍN, 2002 apud BAUER, 2019, p. 48)

Então, quando determinados grupos sentem sua identidade ameaçada, a tendência é buscar reinterpretações do passado que justifiquem o seu presente e os confortem novamente

---

<sup>16</sup> Os períodos de crises internas dentro de um grupo ou de ameaças externas geralmente envolvem a reinterpretação da memória e o questionamento da própria identidade. Esses períodos são precedidos, acompanhados ou sucedidos por uma crise no sentimento de identidade coletiva e de memória coletiva. São os momentos em que pode haver um voo reflexivo sobre o passado, reinterpretações e revisionismos, que sempre implicam também em questionar e redefinir a própria identidade grupal [tradução nossa].

com a própria identidade. A visão negacionista da História contínua e imutável deve ser quebrada pelo historiador que tem a tarefa de disputar o passado com esses grupos que o usam, o fabricam conforme a conveniência e o tornam estanque e explicado, para esticar as possibilidades além da versão triunfante, ao encontro do que pensa Benjamin, como mostra Lowy (2005):

Não é somente o futuro e o presente que permanecem abertos na interpretação benjaminiana do materialismo histórico, mas também o passado. O que quer dizer principalmente isto: a variante histórica que triunfou não era a única possível. Diante da história dos vencedores, da celebração do fato consumado, das rotas históricas de mão única, da inevitabilidade da vitória dos que triunfaram, é preciso retomar essa constatação essencial: cada presente abre uma multiplicidade de futuros possíveis. (LOWY, 2005, p. 157- 158)

Portanto, o passado também segue aberto no presente. De acordo com Albuquerque Júnior (2007), a memória coletiva é o campo onde as memórias individuais se configuram e recompõem o passado para criar uma linha de continuidade a partir das percepções do presente. Já a memória histórica reinventa o passado com base na diferenciação do passado e do presente, projetando no tempo passado os dados fornecidos pelo presente, ela cria um tempo de transformações, é fragmentária. Apesar de reduzir as mudanças a uma lógica de semelhança e continuidade, ela cristaliza e carece de pressupostos teóricos e metodológicos. A memória histórica consiste em fatos convencionados como históricos que repercutem na memória das pessoas pois geram significados para elas, está mais sujeita a reproduzir a versão do vencedor. Ela é diferente da História (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). Por isso, é tarefa do historiador lutar contra os que manipulam a memória histórica e evidenciar a multiplicidade de versões possíveis, sobretudo sob a ótica dos vencidos. Para Albuquerque Júnior (2007, p. 207), o historiador deve violar memórias:

Na memória fica o que significa, na História se ressignifica o que fica, esta é a violência do historiador que, com seus conceitos, atribui novos significados ao que ficou guardado nas memórias; recortando-as, reconstruindo-as, desmanchando suas telas. Violar memórias faz com que seja gestada a História que está sempre em busca de um novo sol para orientá-la. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 207)

Assim como os movimentos emancipadores, o historiador deve ser capaz de criar o novo, e essa ação se realiza no presente, para ressignificar o passado, ressignificar a História Oficial, a versão dos vencedores, os símbolos da opressão que ecoam no presente. Exemplos

disso são as derrubadas de estátuas e monumentos símbolos do colonialismo<sup>17</sup>, onde o próprio ato em si atribui uma nova camada de memória, uma memória ressignificada, escovada a contrapelo. E é tarefa do historiador, como mostra Gagnebin (2009), esse papel de “narrador sucateiro”, que não objetiva recolher os grandes feitos:

Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer. O que são esses elementos de sobra do discurso histórico? A resposta de Benjamin é dupla. Em primeiro lugar, o sofrimento, o sofrimento indizível que a Segunda Guerra Mundial levaria ao auge, na crueldade dos campos de concentração [...]. Em segundo lugar, aquilo que não tem nome, aqueles que não têm nome, o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro, aquilo que foi tão bem apagado que mesmo a memória de sua existência não subsiste – aqueles que desapareceram tão por completo que ninguém lembra de seus nomes. Ou ainda: o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo – principalmente – quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido. (GAGNEBIN, 2009, p. 54)

Embora Costa (1984, p. 11), ao se referir ao movimento de Lagoa Branca, afirme que “a revolta contra a opressão não implica uma reorganização social: é apenas uma luta pela restauração dos direitos suspensos”, pode-se tirar dessa experiência criada por Josué Guimarães importantes lições para a compreensão da tarefa do historiador, inspirada nesse papel de racionalização do professor Ulisses, ao encontro das propostas de Benjamin. O professor se coloca dentro da arena de disputas contra a História Oficial, criando as possibilidades para a interrupção da crise, da opressão, agindo sobre o presente, mostrando as perspectivas diversas à vencedora, sabendo que, caso a inação se perpetuasse, a narrativa de Lagoa Branca seguiria seu rumo, marchando sobre todas as vítimas da repressão, sem direito à memória.

---

<sup>17</sup> Ver mais em: Especialistas comentam derrubadas de monumentos e estátuas pelo mundo (CARVALHO, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, pode-se considerar que, entre outras, a tarefa do historiador é lutar contra o esquecimento e a denegação (GAGNEBIN, 2009). Ou seja, existe uma responsabilidade ética do historiador, representado nessa proposta analítica pelo professor Ulisses. Frente à repressão, o professor assume um papel anti-sistêmico na comunidade de Lagoa Branca, como um agente para o boicote ao desfile, como um norte para a resistência às políticas autoritárias. Isto é, o historiador atua na contramão das comemorações oficiais do Estado e da narrativa da História Oficial, sua atividade se situa na rememoração, nos buracos, para os esquecidos, para os que não tiveram direito à lembrança nem às palavras (GAGNEBIN, 2009). Portanto, a rememoração por parte da atividade histórica “não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente” (GAGNEBIN, 2009, p. 55). Assim, o professor Ulisses, tal qual o historiador, tem a tarefa de interromper a aparente coerência da História Oficial (GAGNEBIN, 2013) construída pela narrativa única do Coronel João Cândido, ou, dito de outro modo, pelo autoritarismo e pelo negacionismo, marcas latentes na História do Brasil e feridas ainda abertas no debate público, escancarando um passado em disputa que age fortemente no presente, ressoando nas atuais políticas e posicionamentos governamentais e nas reivindicações pela memória do passado ditatorial recente do Brasil por grupos conservadores e com tendências antidemocráticas.

A intermediação entre presente e passado não é exclusividade do profissional de História. A memória a respeito de um período se forma de inúmeras maneiras, com diferentes objetivos e, não raro, comporta construções conflitantes que se digladiam em uma arena de disputas. Como mostra Teixeira (2019), diversos âmbitos da sociedade desempenham esse papel de mediador (mídia, festas, literatura, teatro, redes sociais, etc..)

Portanto, o historiador deve compreender a fundo esse processo e tem o compromisso ético de entrar nesse campo de batalha, mas de uma forma rigorosa, com métodos e técnicas próprios, não necessariamente garantidores de neutralidade, mas que possuem uma característica fundamental nesse sentido por estarem sob constante aperfeiçoamento, em uma construção permanente. É necessário desvelar e combater usos políticos da memória, fabricações do passado, criações míticas de determinados períodos, para a justificação de um presente. Como no uso da Ditadura Civil-Militar, com as já bastante comuns manifestações pedindo “Intervenção Militar Já” que se intensificaram no governo Jair Bolsonaro, clamando por práticas antidemocráticas, como o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal

Federal e um novo Ato Institucional Nº 5<sup>18</sup>, com simbolismos ultranacionalistas, declarações pró-tortura e ataque a minorias. Isso evidencia uma construção deturpada do passado no imaginário de parcela da população, na contramão da produção historiográfica. A liberdade de expressão é utilizada contraditoriamente em sucessivos clamores por atos autoritários e cerceadores dessa mesma liberdade, em uma exaltação de um período de graves violações dos Direitos Humanos cometidas pelo Estado, que agravou desigualdades, censurou, torturou, matou e foi corrupto. O historiador tem o compromisso de agir no presente para desvelar estes usos intencionais do passado que minimizam eventos traumáticos como Auschwitz<sup>19</sup>, a escravidão ou a Ditadura Civil-Militar, até chegar no negacionismo, que atinge não só a História, mas a Ciência como um todo, colocando, em tempos de pandemia<sup>20</sup>, até mesmo a saúde da população em risco.

*Os Tambores Silenciosos* apresenta o apagamento de rastros pela versão oficial, a construção de uma narrativa dos vencedores, por meio do Terrorismo de Estado e do negacionismo, e é contra isso que se resiste na obra. O Brasil foi construído com base em uma tradição autoritária, como mostra Shwarcz (2019), e a função do historiador também é lembrar, pois são nesses momentos de autoritarismo que “os direitos dos brasileiros costumam ser vilipendiados, bem como a própria norma democrática” (SHWARCZ, 2019, p. 229).

Portanto, como propôs Benjamin, é tarefa do historiador escovar a história a contrapelo, em um compromisso com as vítimas do passado, pois, a cada episódio como a homenagem a um agente da tortura, feita por Jair Bolsonaro durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff<sup>21</sup>, Benjamin acerta ao afirmar que nem mesmo as vítimas do passado estão seguras, por isso, deve-se atear ao passado a “centelha da esperança” e lembrar, rememorar, para que não se repita. Declarações como a de Bolsonaro legitimam as narrativas negacionistas a respeito

---

<sup>18</sup> O AI-5 foi decretado em 13 de dezembro de 1968, pelo ditador Artur da Costa e Silva, iniciando o período mais repressivo da Ditadura. O ato “autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus” (D’ARAÚJO, s/d).

<sup>19</sup> Para saber mais sobre as teses que negam a existência do Holocausto e afirmam existir um suposto complô judaico de dominação mundial, ver o artigo “Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história” (CALDEIRA NETO, 2009).

<sup>20</sup> No dia de finalização deste trabalho, 11 de dezembro de 2020, o Brasil passou de 180 mil mortes pela Covid-19, com sucessivas declarações que minimizam a pandemia feitas pelo Governo Federal e nenhum plano concreto de vacinação, ao passo que outros países já iniciaram ou programaram o início do processo de imunização da população. Fonte: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/11/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-11-de-dezembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>

<sup>21</sup> Ver mais em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-diz-no-conselho-de-etica-que-coronel-ustra-e-heroi-brasileiro.html>>

da Ditadura, pois, como afirma Bauer (2019), o negacionismo brasileiro tem essa característica peculiar: não a nega, nem revisa, mas legítima.

Para terminar, cabe reproduzir mais um trecho da obra de Josué Guimarães, no momento em que o coronel João Cândido, ao lado dos escassos apoiadores que restaram, faz-se presente no palanque da praça para acompanhar o desfile e percebe o desastre do evento boicotado pela comunidade graças à ação dos estudantes guiados pelo professor, que desmorona o seu governo:

O conselheiro, ao lado do coronel, anunciou com voz sumida que já via o pelotão dos integralistas marchando; perguntou se ele não ouvia os tambores.

- Não ouço tambor nenhum. Quantos são?

- Uns trinta, eu acho – respondeu o Dr. Lúcio espremendo ainda mais os olhinhos de índio.

- E já que eles têm tambores por que não batem com vontade naquelas merdas? Não ouço nada.

Aí o prefeito perguntou pelas bandeiras, pela banda de música do Santelmo, pelos velhos do asilo, pelo caminhão com os presos; o capitão disse que não sabia, que nem os funcionários da Prefeitura haviam aparecido, mas que isso não era culpa dele. O pequeno grupo de integralistas com as suas camisas verdes espalhafatasas já estava mais perto, mas as baquetas repinjavam nos couros e ninguém ouvia nada; o conselheiro achou que era pela chuva que começava a cair mais forte, estava molhando as peles esticadas e por isso não se ouvia nada, mas eles até que batiam forte (GUIMARÃES, 2011, p. 198-199).

A ação dos estudantes subverte a lógica instaurada e lança para primeiro plano o ponto de vista dos vencidos, dos oprimidos, eles saem às ruas em um massacre dos pássaros de tecido confeccionados por Maria da Glória, em um simbolismo do fim daquele estado autoritário e o começo dos novos tempos que estão por vir em Lagoa Branca, redimindo uma comunidade que sofreu e teve sua voz silenciada. Agora, silenciam os tambores do fascismo, silenciam os tambores do autoritarismo, silenciam os tambores do negacionismo, silenciam os tambores da violência, da censura, da repressão, do Terrorismo de Estado, para que se ouça rufar os tambores de uma nova História, redentora, escrita a contrapelo, violando as memórias que permaneceram no presente e decifrando-as, expondo-as, ressignificando-as, tal qual deve ser a tarefa do historiador, em especial, nesses tempos de crise, como na repressão de Lagoa Branca, como na Ditadura Civil-Militar vivida por Josué Guimarães, como no Brasil de agora.

## REFERÊNCIAS

ACERVO LITERÁRIO JOSUÉ GUIMARÃES. Disponível em <https://www.upf.br/aljog/>  
Acesso em Novembro de 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.**  
Ensaio de Teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007.

AVILA, Arthur de Lima. **Qual passado usar?** A historiografia diante dos negacionismos  
(artigo). In: Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso: [06 jun. 2020].

BAUER, Caroline Silveira. **La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro : usos del pasado y negacionismo.** Relaciones Internacionales. La Plata, Argentina. Vol. 28, n. 57. 2019. p. 37-51.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas v. 1)

CALDEIRA NETO, Odilon. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 1097-1123, 2009.

CANTON, James (Org.) et al. **O livro da literatura.** São Paulo: Globo, 2016.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **Especialistas comentam derrubadas de monumentos e estátuas pelo mundo** (Notícia). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/especialistas-comentam-derrubada-de-estatuas-pelo-mundo/>. Publicado em: 16 jun. 2020. ISSN: 2674-5917.

CEIA, Carlos. Alegoria. In: **E-Dicionário de Termos Literários.** 2009. Disponível em <https://edtl.fcsb.unl.pt/encyclopedia/alegoria/> Acesso em dezembro de 2020.

COSTA, Édison José da. **Análise do processo político focalizado ficcionalmente em Os tambores silenciosos de Josué Guimarães.** Revista Letras, v. 33, 1984.



CHARTIER, Roger. **Uma breve leitura do tempo**. Jornal Extra Classe. Disponível em <<https://www.extraclasse.org.br/cultura/2007/05/uma-breve-leitura-do-tempo/>> Maio de 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O AI-5**. In: Fatos e Imagens, Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em dezembro de 2020.

ESTADÃO. **Meme que trata Lula, FHC e Dilma como beneficiários de “Bolsa Ditadura” é enganoso**, 2018. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/meme-que-trata-lula-fhc-e-dilma-como-beneficiarios-de-bolsa-ditadura-e-enganoso/>>. Acesso em dezembro de 2020.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2019.

FRANÇA, Nicoly. Ficha criminal que aponta Dilma como terrorista é falsa. In: **Boatos.org**, 2014. Disponível em <<https://www.boatos.org/politica/ficha-criminal-que-aponta-dilma-como-terrorista-e-falsa.html>>. Acesso em dezembro de 2020.

G1. **Brasil passa de 180 mil mortes pela Covid-19; 19 estados e o DF estão com tendência de alta**. Disponível em <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/11/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-11-de-dezembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>>. Acesso em dezembro de 2020.

G1. **Bolsonaro diz no Conselho de Ética que coronel Ustra é 'herói brasileiro'**, 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-diz-no-conselho-de-etica-que-coronel-ustra-e-heroi-brasileiro.html>>. Acesso em dezembro de 2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin ou a História Aberta**. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas v. 1)

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GONZAGA, Sergius. **Sombras e dores da ditadura**. In: GUIMARÃES, Josué. É tarde para saber. Porto Alegre: L&PM, 2018.

GUIMARÃES, Josué. **Os tambores silenciosos**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GUIMARÃES, Josué. Entrevista. In: **L&PMWEBTV**. Disponível em <[https://www.lpm-webtv.com.br/site/default.asp?Template=.%2Fmultimedia%2Flayout\\_exibir.asp&MidiaID=702238&TroncoID=539000&SecaoID=919909&fbclid=IwAR2\\_B1ZYj16VBBXKHxqnBAxy4FYtdGbRm4RDk0pJKsnJfHFtav8D2GbLRps](https://www.lpm-webtv.com.br/site/default.asp?Template=.%2Fmultimedia%2Flayout_exibir.asp&MidiaID=702238&TroncoID=539000&SecaoID=919909&fbclid=IwAR2_B1ZYj16VBBXKHxqnBAxy4FYtdGbRm4RDk0pJKsnJfHFtav8D2GbLRps)> Acesso em Julho de 2020.

LOWY, Michael. **Aviso de incêndio**: Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

LVOVICH, Daniel; BISQUERT, Jaquelina. **La cambiante memoria de la dictadura**: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática. 1a ed. - Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Comissão Nacional da Verdade**. Disponível em <<http://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade-2/>> Acesso em novembro de 2020.

MOURA, Vanessa dos Santos. **Josué Guimarães**: uma análise de sua trajetória político intelectual e de sua produção literária ficcional. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

PADRÓS, Enrique Serra. **História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos**. Florianópolis: Tempo e Argumento, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009.

REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel. **Um livro de memórias** – O romancista Josué Guimarães. In: GUIMARÃES, Josué. As muralhas de Jericó. Porto Alegre: L&PM, 2001.

RETTENMAIER, Miguel; BURLAMAQUE, Fabiane Verardi (Org.). **Tempo de ausência**: 30 anos sem Josué. 1. ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2019.

SANTOS, Pedro Brum. **Do jornal à ficção**: Josué Guimarães e a urgência da história. In: RETTENMAIER, Miguel; BURLAMAQUE, Fabiane Verardi (Org.). Tempo de ausência: 30 anos sem Josué. 1. ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2019.

SHWARCZ, Lília Mortiz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TEIXEIRENSE, Pedro. **Os presidentes da Nova República e a memória do golpe de 1964** (Artigo). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/nova-republica-ditadura-militar-golpe-de-1964/> Publicado em: 1 abr. 2019.

TRINDADE, Hélió. **O nazi-fascismo na América Latina: mito e realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.